



AJUSTE DIRETO n.º 07/2025

**AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA PARA A
DIVISÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**

CADERNO DE ENCARGOS

Fevereiro de 2025

Índice

<i>CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</i>	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Prazo do contrato	3
<i>CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DAS PARTES</i>	3
Cláusula 3. ^a – Obrigações principais do cocontratante	3
Cláusula 4. ^a – Dever de sigilo/confidencialidade e proteção de dados pessoais	5
Cláusula 5. ^a – Gestor de contrato	6
Cláusula 6. ^a – Seguros	6
Cláusula 7. ^a – Preço contratual	6
Cláusula 8. ^a – Condições de pagamento	7
Cláusula 9. ^a – Direitos e obrigações da Ambiolhão E. M.	7
Cláusula 10. ^a – Receção/inspeção dos bens objeto do contrato	8
Cláusula 11. ^a – Aceitação dos bens	8
Cláusula 12. ^a - Garantia técnica	9
<i>CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES</i>	10
Cláusula 13. ^a – Penalidades contratuais	10
Cláusula 14. ^a – Retenção de pagamentos	11
Cláusula 15. ^a – Força maior	11
Cláusula 16. ^a – Resolução por parte da Ambiolhão, E. M.	11
Cláusula 17. ^a – Resolução por parte do cocontratante	11
Cláusula 18. ^a – Foro competente	11
Cláusula 19. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 20. ^a – Comunicações e notificações	12
Cláusula 21. ^a – Contagem dos prazos	12
Cláusula 22. ^a – Legislação aplicável	12
<i>CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS</i>	12
Cláusula 23. ^a – Especificações técnicas dos bens a adquirir	12
Cláusula 24. ^a - Local e condições de entrega	13

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento prévio que tem por objeto principal **a Aquisição de Sinalização Temporária para a Divisão de Águas e Saneamento**, de acordo com as Disposições Técnicas constantes do Capítulo IV do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª – Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato entra em vigor no dia seguinte ao da data da sua assinatura.
3. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
4. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da Ambiolhão E.M. na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
5. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 3.ª – Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no caderno de encargos, decorre para o cocontratante a obrigação de recorrer a todos os meios necessários e adequados, nomeadamente humanos, materiais e outros, para providenciar a prestação pretendida pela Ambiolhão E.M., com as características e especificações previstas neste

caderno de encargos e nos prazos previstos ou acordados entre as partes, tudo por forma a garantir o integral cumprimento e a qualidade da prestação objeto do procedimento.

2. O cocontratante está obrigado a assegurar, no mínimo, a garantia legalmente prevista, sem prejuízo da apresentação, na proposta adjudicada, de melhores condições de garantia para a Ambiolhão, E. M..
3. O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato nos territórios do país ou países do cocontratante, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte.
4. A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor no âmbito do contrato.
5. O cocontratante é também responsável, perante a Ambiolhão E.M., pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do próprio cocontratante.
6. O cocontratante obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
7. O cocontratante deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.
8. O cocontratante deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores.
9. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
10. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Cláusula 4.ª – Dever de sigilo/confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O cocontratante está vinculado ao dever de sigilo, termos em que garante o seu sigilo e o do pessoal a seu cargo relativamente a informações ou documentação, técnica, financeira ou outra, relativa à Ambiolhão, E.M., de que venha a ter conhecimento em função do contrato, dever este que perdura além do prazo estipulado para a presente prestação.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo legalmente estipulado a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O cocontratante fica, expressamente, vinculado ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do contrato, nos termos do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e demais legislação complementar, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiro, independentemente dos fins, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao cocontratante.
6. O cocontratante, na realização de tratamentos de dados pessoais, obriga-se a cumprir integralmente o regime legal aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) consagrado no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e a Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do sobredito regulamento comunitário, bem como todas as decisões e orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

7. O cocontratante é responsável perante a Ambiolhão, E. M. por todos e quaisquer prejuízos que esta venha a sofrer decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula.
8. O cocontratante, se, no âmbito e para a execução do contrato público, atuar na qualidade de subcontratante do tratamento de dados pessoais (isto é, de entidade que, no âmbito e para a execução do contrato público, trata dados pessoais por conta da Ambiolhão E.M.), vincula-se ao cumprimento integral de todas as obrigações que para si emergem do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), designadamente do disposto nos artigos 28º, 29º, 30º e 32º.

Cláusula 5.ª – Gestor de contrato

1. Nos termos do art.º 290.º-A do CCP, é designado como gestora do contrato a trabalhadora da Ambiolhão E. M. Eng.ª Simone Franco, com a função de acompanhar permanentemente a gestão do mesmo.
2. Nos casos de impedimento, definitivo ou temporário, da trabalhadora referida no número anterior, é designada como gestora de contrato suplente a trabalhadora da Ambiolhão E. M., Eng.ª Marisa Cavaco.

Cláusula 6.ª – Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contrato(s) de seguro dos riscos diretamente associados ao fornecimento do objeto do contrato, nomeadamente no que respeita aos recursos humanos e equipamentos associados à mesma e à responsabilidade civil, com vista a assegurar a cobertura de danos patrimoniais e não patrimoniais emergentes da mesma, podendo a Ambiolhão E. M., se entender conveniente, exigir prova da sua celebração, e o cocontratante fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.
2. Constitui ainda sua obrigação a manutenção das apólices em vigor, nomeadamente através do pagamento atempado dos respetivos prémios.

Cláusula 7.ª – Preço contratual

1. O preço máximo que a Ambiolhão, E.M. se dispõe a pagar é de **9.500 € (nove mil e quinhentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor se este for legalmente devido, nos termos definidos pelo art.º 47.º do CCP (valores sem revisão de preços).

2. Pela prestação objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Ambiolhão, E. M. deve pagar ao cocontratante, **o preço total constante da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação pretendida, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as referentes a meios humanos e meios materiais e ainda decorrentes da eventual utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Ambiolhão, E.M. serão liquidadas **no prazo máximo de 60 dias** e em conformidade com o disposto nos art.ºs 299.º e 299.º-A do Código dos Contratos Públicos, na sequência da receção da(s) respetiva(s) fatura(s) emitida(s) pelo cocontratante à Ambiolhão, E.M., após vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a **entrega e aceitação** dos bens objeto do contrato.
3. Nos termos do art.º 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, o cocontratante está obrigado a emitir faturas eletrónicas.
4. O pagamento será efetuado após a confirmação da fatura pelo Gestor do Contrato.
5. O cocontratante deverá fazer referência ao número do processo que lhe deu origem.
6. Em caso de discordância por parte da Ambiolhão, E. M., quanto aos valores indicados numa fatura, ou outros elementos que dela conste, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Não há lugar a quaisquer adiantamentos de preço.

Cláusula 9.ª – Direitos e obrigações da Ambiolhão E. M.

1. O pagamento do preço, nos termos previstos na cláusula 8.ª, é uma obrigação da Ambiolhão E. M., nos termos da proposta adjudicada.
2. Caso se verifique incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por parte do cocontratante será notificado do facto o próprio ou seu representante.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Ambiolhão E. M. reserva-se o direito de exigir do cocontratante alterações, no todo ou em parte, daquilo que for prestado indevidamente e não esteja de acordo com as cláusulas contratuais.
4. É direito da Ambiolhão E. M. comunicar ao representante do cocontratante toda a anomalia verificada na prestação objeto do procedimento.

Cláusula 10.^a – Receção/inspeção dos bens objeto do contrato

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a Ambiolhão E. M., através de pessoa por si designada, procede, no prazo de 5 dias úteis, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, no sentido de comprovar se cumprem todas as especificações e requisitos técnicos do caderno de encargos, na proposta adjudicada, bem como com outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a análise referida no número anterior, o cocontratante deve prestar toda a cooperação e esclarecimentos necessários
3. No caso da análise efetuada não estar em conformidade ou caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, a Ambiolhão E. M. deve disso informar, por escrito, o cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder à sua custa e no prazo máximo de 10 dias úteis, salvo se outro prazo for acordado entre as partes, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências, características, especificações e requisitos técnicos.
5. Após a realização das alterações necessárias, pelo cocontratante, no prazo estabelecido, é efetuada nova análise nos termos do n.º 1.

Cláusula 11.^a – Aceitação dos bens

1. Comprovada a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele(s) para a Ambiolhão E. M., bem como do risco de deterioração ou perecimento do(s) mesmo(s), sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o cocontratante.

2. A transferência da posse e da propriedade do bem deve ser formalizada através da elaboração de um documento assinado pelos representantes do cocontratante e da Ambiolhão E.M..

Cláusula 12.^a - Garantia técnica

1. Nos termos do presente ponto e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de mínimo de 3 (três) anos a contar da data de entrega dos bens, se outro prazo maior não for indicado na proposta, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. No prazo máximo de 10 (dez) dias, em que a Ambiolhão E.M. tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o cocontratante, para efeitos da respetiva substituição.
3. O prazo das obrigações de reposição da conformidade dos bens fornecidos conta-se a partir da sua aceitação nos termos da cláusula anterior.
4. O cocontratante deve garantir um prazo máximo de início de intervenção, após a notificação, para reparações e manutenções em garantia, de 2 (dois) dias úteis.
5. No caso de o cocontratante não respeitar o prazo indicado nos números anteriores ou se recusar a realizar tais trabalhos, a Ambiolhão E.M. terá o direito de proceder aos trabalhos necessários, imputando os respetivos custos ao cocontratante.
6. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - o fornecimento de todos os bens objeto do contrato, assim como, componentes, peças e acessórios suscetíveis de sofrer avaria deficiências de fabrico ou montagem, ou danificação imputáveis a deficiências de fabrico ou montagem;
 - A recolha e transporte dos bens, peças ou componentes defeituosos ou discrepantes, para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - O fornecimento, substituição, reparação ou reconstrução dos bens, peças e acessórios defeituosos ou discrepantes, componentes, peças e acessórios que sofram avaria ou fratura.
 - A mão-de-obra.

7. As substituições e reparações previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Ambiolhão e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
8. O cocontratante deverá estar dotado de bens de substituição, com fim à substituição temporária dos bens sujeitos a reparação e pelo prazo que durar a respetiva reparação, quando o bem em causa, pela sua natureza, assim o justificar.
9. Em tudo quanto for omissa no presente caderno de encargos relativamente ao direito à garantia técnica observar-se-á o disposto no regime legal que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, na sua redação atual.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Cláusula 13.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Ambiolhão E. M. pode, a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar ao cocontratante sanções de natureza pecuniária, cujo montante acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo atraso no cumprimento dos prazos de entrega do material adjudicado de 2 a 4 semanas – 2% do preço contratual;
 - b) Pelo atraso no cumprimento dos prazos de entrega do material adjudicado superior a 4 semanas - 5% do preço contratual;
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Ambiolhão, E. M. tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. Atingindo o limite das sanções pecuniárias, se a Ambiolhão, E. M. decidir não proceder à resolução do contrato, se daí resultar dano grave para o interesse público, poderá elevar para 30% o limite das penalidades.
4. A Ambiolhão, E. M. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Ambiolhão, E. M. exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª – Retenção de pagamentos

Sem prejuízo do referido na cláusula anterior e não sendo exigida a prestação de caução no presente procedimento, conforme dispõe o n.º 3 do art.º 88.º do CCP, a Ambiolhã E. M., se considerar conveniente durante a execução do contrato, em caso de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo cocontratante das obrigações contratuais ou legais, procederá, querendo, à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 15.ª – Força maior

1. Não serão impostas penalidades ao cocontratante, nem será tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não resultem de falta ou negligência, e que não possam ser conhecidas ou previstas à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª – Resolução por parte da Ambiolhã, E. M.

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 17.ª – Resolução por parte do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 18.ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual não é permitida salvo se, na fase de execução do contrato, for expressamente autorizada pela outra parte, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª – Comunicações e notificações

1. Nos termos do n.º 2 do art.º 468.º do CCP, quaisquer comunicações ou notificações entre a Ambiolhão, E. M. e o cocontratante devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, incluindo endereço eletrónico, constantes do contrato deve ser, de imediato, comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª – Contagem dos prazos

A contagem dos prazos nas fases de formação e de execução do contrato regem-se segundo o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP, respetivamente.

Cláusula 22.ª – Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja expressamente regulado neste processo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 23.ª – Especificações técnicas dos bens a adquirir

1. Pretende-se que o cocontratante, proceda ao fornecimento dos bens e das quantidades indicadas no Anexo que se segue:

Anexo – Quantidades

Tipo de Sinal	Quantidade
AT1 triangular com suporte incorporado - 620 mm	20
Lanterna intermitente para AT1	20
Pilhas para lanternas	40
AT15 triangular com suporte incorporado - 620 mm	20
ST14 galvanizado quadrado - 620 mm	12

Tripé para ST14	12
ST10 galvanizado quadrado - 620 mm	16
Tripé para ST10	16
AT8 triangular com suporte incorporado - 620 mm	16
AT9 triangular com suporte incorporado - 620 mm	16
BT8 redondo com suporte incorporado - 620 mm	16
CT4 redondo com suporte incorporado - 620 mm (Esq.)	10
CT4 redondo com suporte incorporado - 620 mm (Direita)	10
Balizas de posição verticais ET5 - dupla face 1000x250 mm	20
Bases para ET5	20
Lanterna de sinalização	26
Pilhas para lanternas	52
Seta de Desvio 1000x300 mm	20
Suporte para sinal de desvio	20
Painel Fim de desvio	8
Suporte fim de desvio	8

Nota: Por se tratar de sinalética temporária, os sinais deverão ser em amarelo luminescente, à exceção dos sinais AT8 e AT9 (de obrigatoriedade e, portanto, em azul).

Cláusula 24.ª - Local e condições de entrega

1. O(s) bem(s) objeto do contrato deve(m) ser entregue(s) durante o horário de funcionamento da Ambiolhão, E.M, em dias úteis, entre as 09:00 horas e as 17:00 horas, no Estaleiro Municipal, sito na Rua das Prainhas, em Olhão, sem prejuízo do disposto na clausula 2.ª.
2. O fornecimento dos bens será executado mediante requisição ou nota de encomenda emitida pela Ambiolhão E.M..
3. O cocontratante obriga-se a entregar os bens identificados na requisição ou nota de encomenda no prazo máximo de **20 (vinte) dias** a contar da data de envio do referido documento.
4. Sem prejuízo do número anterior, outro prazo de entrega poderá ser acordado entre a Ambiolhão E.M. e o cocontratante.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do cocontratante.
6. Entre a entrega e a receção dos bens objeto do contrato, a Ambiolhão E.M. é obrigada a cooperar com o cocontratante para que sejam criadas as condições de segurança dos bens que o cocontratante considere necessárias, suportando este último os custos daí resultantes.

7. O(s) bem(s) objeto do contrato deve(m) ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
8. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do(s) bem(s) objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele(s), bem como todos os equipamentos, acessórios e ferramentas indispensáveis ao seu bom funcionamento e respetivos certificados.

Peças do procedimento aprovadas e assinadas digitalmente pelo Administrador Executivo